



Prefeitura Municipal  
de Cachoeira Paulista

Nome do Candidato

Inscrição

# Caderno de Prova



Data 01/03/2020



3h00 de duração



50 questões

## Cargo: Procurador Municipal

### INSTRUÇÕES

- Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
- Verifique se este caderno contém 50 questões, numeradas de 1 a 50. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Transcreva, **com caneta de tinta preta**, as alternativas escolhidas para o GABARITO OFICIAL, sem cometer rasuras. Não deixe nenhuma em branco.
- Não será possível a substituição do Gabarito Oficial.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Não haverá tempo adicional para transcrição de respostas ao gabarito oficial.
- Terminada a prova entregue o gabarito oficial, a folha da prova dissertativa e o caderno de questões ao fiscal. Poderá ser levado **somente** o gabarito provisório de respostas.

Certo Errado Errado

## Gabarito Provisório

1)	6)	11)	16)	21)	26)	31)	36)	41)	46)
2)	7)	12)	17)	22)	27)	32)	37)	42)	47)
3)	8)	13)	18)	23)	28)	33)	38)	43)	48)
4)	9)	14)	19)	24)	29)	34)	39)	44)	49)
5)	10)	15)	20)	25)	30)	35)	40)	45)	50)



AGIRH

AGIRH – Assessoria e Gestão Integrada  
em Recursos Humanos S/C Ltda  
Email: contato@agirh.org  
http://www.agirh.org

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA PAULISTA

Concurso Público 02/2019

### Cargo: Procurador Municipal

#### Português

Leia atentamente o poema *Se se morre de amor*, de Gonçalves Dias, poeta brasileiro, para responder às questões de **1 a 3**.

#### Se se morre de amor

Se se morre de amor! – Não, não se morre,  
Quando é fascinação que nos surpreende  
De ruidoso sarau entre os festejos;  
Quando luzes, calor, orquestra e flores  
Assomos de prazer nos raiam n'alma,  
Que embelezada e solta em tal ambiente  
No que ouve e no que vê prazer alcança!

Simpáticas feições, cintura breve,  
Graciosa postura, porte airoso,  
Uma fita, uma flor entre os cabelos,  
Um quê mal definido, acaso podem  
Num engano d'amor arrebentar-nos.  
Mas isso amor não é; isso é delírio  
Devaneio, ilusão, que se esvaece  
Ao som final da orquestra, ao derradeiro

Clarão, que as luzes ao morrer despedem:  
Se outro nome lhe dão, se amor o chamam,  
D'amor igual ninguém sucumbe à perda.  
Amor é vida; é ter constantemente  
Alma, sentidos, coração – abertos  
Ao grande, ao belo, é ser capaz d'extremos,  
D'altas virtudes, té capaz de crimes!

Compreender o infinito, a imensidade  
E a natureza e Deus; gostar dos campos,  
D'aves, flores, murmúrios solitários;  
Buscar tristeza, a soledade, o ermo,  
E ter o coração em riso e festa;  
E à branda festa, ao riso da nossa alma  
fontes de pranto intercalar sem custo;  
Conhecer o prazer e a desventura  
No mesmo tempo, e ser no mesmo ponto  
O ditoso, o misérrimo dos entes;  
Isso é amor, e desse amor se morre!

Amar, e não saber, não ter coragem  
Pra dizer que o amor que em nós sentimos;  
Temer qu'olhos profanos nos devassem  
O templo onde a melhor porção da vida  
Se concentra; onde avaros recatamos  
Essa fonte de amor, esses tesouros  
Inesgotáveis d'lusões floridas;  
Sentir, sem que se veja, a quem se adora,  
Compreender, sem lhe ouvir, seus pensamentos,  
Segui-la, sem poder fitar seus olhos,  
Amá-la, sem ousar dizer que amamos,  
E, temendo roçar os seus vestidos,  
Arder por afogá-la em mil abraços:  
Isso é amor, e desse amor se morre!

01- Leia atentamente as afirmações a seguir:

I – A visão que o eu lírico tem sobre o amor é idealizada.

II – A plenitude do amor do eu lírico realiza-se na impossibilidade de se aproximar da amada.

III – Ao longo do poema, o eu lírico resgata imagens relacionadas à natureza para descrever o significado de amor.

É (São) **correta(s)** a(s) afirmação(ões):

- a) Todas.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I.
- d) Apenas III.

02- Leia atentamente as afirmações a seguir:

I – Nos versos “Simpáticas feições, cintura breve,/ Graciosa postura, porte airoso,/ Uma fita, uma flor entre os cabelos,”, o eu lírico descreve algumas características físicas de sua amada.

II – Em “Um quê mal definido, acaso podem”, “quê” classifica-se como pronome relativo.

III – O eu lírico considera o amor um sentimento linear e coerente.

É (São) **incorreta(s)** a(s) afirmação(ões):

- a) II e III.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I.
- d) I e II.

03-A figura de linguagem presente em “Arder por afogá-la em mil abraços” é:

- a) Prosopopeia.
- b) Contradição.
- c) Zeugma.
- d) Hipérbole.

Leia atentamente a tirinha de Mafalda a seguir para responder às questões 4 e 5:



04- Leia as afirmações a seguir:

I – Susanita critica o comportamento das pessoas de seu país.

II – Mafalda avalia como positivo o comportamento de Susanita.

III – Segundo Susanita, seu drama é ser humana demais.

É (São) **correta(s)** a(s) afirmativa(s):

- a) Apenas II.
- b) Apenas I.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas III.

05-Assinale a alternativa correta:

- a) A palavra “infelizmente”, presente no segundo quadrinho, é formada por derivação prefixal e sufixal.
- b) “Professora”, presente no primeiro quadrinho, é um exemplo de pronome.
- c) A fala de Mafalda no primeiro quadrinho é um exemplo de período simples.
- d) “Demais”, presente no quarto quadrinho, é um exemplo de pronome indefinido.

06- Assinale a alternativa correta, segundo a norma culta da língua:

- a) Não se preocupe, o detetive trabalha com bastante descrição.
- b) Ao final do mês, a dispensa estava vazia.
- c) Mesmo com a crise, os comerciantes auferiram bons lucros.
- d) Ainda existe muita discriminação racial no Brasil.

07-Leia as afirmações a seguir, acerca dos pronomes pessoais:

I – Os pronomes pessoais substituem os substantivos, indicando diretamente as pessoas do discurso.

II – Os pronomes pessoais variam de acordo com as funções sintáticas que exercem em uma oração, podendo ser do caso reto ou do caso oblíquo.

III – Segundo a norma culta da língua, os pronomes pessoais do caso reto desempenham a função de sujeito, objeto direto e indireto ou predicativo do sujeito.

É(são) **correta(s)** a(s) afirmação(ões):

- a) Todas.
- b) Apenas I.
- c) I e II.
- d) I e III.

08-Assinale a alternativa correta, segundo a norma culta da língua:

- a) Denise prefere viajar do que comprar roupa.
- b) Os investidores apostam em pequenas empresas visando ao lucro.
- c) Assista os filmes indicados ao Oscar!
- d) O professor informou os alunos que entregaria as provas na próxima segunda-feira.

09- Assinale a alternativa correta, segundo a norma culta da língua:

- a) Assim que houverem pedidos, atenda-os com rapidez.
- b) Não despreze os conselhos dos teus irmãos.
- c) Quando o homem transpor todos os preconceitos, o mundo será um lugar melhor.
- d) Eu intervenho apenas quando sou solicitada.

10- Assinale a alternativa incorreta, segundo a norma culta da língua:

- a) Deixo anexa, para seu próprio controle, a relação dos convidados.
- b) Passadas cerca de três horas, foram divulgados os resultados do concurso.
- c) É realmente admirável os esforços que vocês fizeram para nos ajudar.
- d) Estudos aprofundados tornaram superadas as dúvidas sobre a transmissão do novo vírus.

## **Específicas:**

11-Francisco, cidadão paulista, tomou conhecimento, em artigo de jornal de grande movimentação, que o Supremo Tribunal Federal poderia, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, reconhecer a ocorrência de mutação constitucional sobre matéria relativa ao meio ambiente. Diante disso, realizou pesquisa para esclarecimentos sobre o assunto. Porém, a ausência de definição clara sobre o significado de “mutação constitucional” fez com que ele não tivesse entendimento sobre o tema. Assim, procurou certo advogado atuante na área pública, para lhe esclarecer melhor sobre o assunto, para tanto o advogado corretamente lhe explicou, que a expressão “mutação constitucional”, no âmbito do sistema jurídico constitucional brasileiro, trata-se de:

- a) Fenômeno no processo de alteração do texto constitucional, com relação à atuação do poder constituinte derivado reformador.
- b) Fenômeno de mudança no significado da norma constitucional, através de aprovação de emenda constitucional.
- c) Fenômeno que altera o significado da norma constitucional sem que seja feita qualquer mudança no texto da Constituição Federal.
- d) Fenômeno que altera texto antigo da Constituição, sendo substituído por um novo texto, através de manifestação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

12-O sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, tem a necessidade ou obrigatoriedade de deliberação plenária dos tribunais, isto significa dizer que:

- a) Para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo emanados pelo Poder Público, é necessária a maioria absoluta dos votos dos membros do tribunal ou respectivo órgão especial.
- b) Caso haja a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, em decisão definitiva, por Tribunal Pleno das decisões dos órgãos fracionários ou dos Tribunais Federais ou Estaduais, caberá recurso interposto pela parte legitimamente interessada.
- c) Matéria relativa a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo público, somente poderá ser decidida em sessão plenária de julgamentos nos Tribunais Superiores.
- d) Para invalidação de lei ou ato normativo público, a decisão poderá ser proferida por órgão jurisdicional em sessão plenária, desde que tenha recebido delegação do Supremo Tribunal Federal, que tem a competência de processar e julgar qualquer matéria nesse sentido.

13-A Assembleia Legislativa do Estado de Divinolândia verificou que nunca foi regulamentada a aposentadoria especial de seus servidores públicos cuja atividade seja exercida sob condições em que prejudique a saúde ou a integridade física (Art.40, § 4º, III da CF/88), para esse fim aprova Lei Complementar, assinado pelo Deputado Mesquita, determinando a aplicação de critérios, idênticos ao usado com relação ao trabalhador da área privada (previstos na Lei nº 8.213/91). A presente lei é sancionada pelo Governador do Estado, e publicada em jornal de grande circulação. Referente ao exemplo apresentado, devemos marcar como correta a afirmativa:

- a) No exemplo apresentado, a devida regulamentação do regime dos servidores públicos, deveria ser estabelecida em lei de iniciativa do Governador do Estado de Divinolândia, havendo portanto, vício de iniciativa.
- b) Havendo a sanção do Governador do Estado de Divinolândia, mesmo que houvesse vício de iniciativa, supre-se tal vício, já que o Governador ratificou as disposições da Lei, considerando a autoridade originalmente atribuída do poder de iniciativa.
- c) Somente as matérias a ser tratadas por meio de Lei Ordinária, contem reserva de iniciativa. Não havendo vício neste caso, pois as Leis Complementares, devido a exigência de quorum qualificado, podem ser de iniciativa do Executivo ou do Legislativo.
- d) Como, no caso em tela, durante anos o Poder Executivo, na pessoa do Governador do Estado de Divinolândia, ficou na inércia, não havendo portanto a regulamentação do assunto até o momento. Poderá o Legislativo suprir a mora, elaborando o projeto e apresentado em plenário. Somente haveria vício de iniciativa se não houvesse tempo razoável para o Poder Executivo encaminhar o projeto de lei ao Plenário, o que não ocorreu no caso concreto.

14-O Governador do Estado de Miracema, institui mediante decreto, uma taxa de matrícula para a Universidade Pública do Estado de Miracema, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para os universitários com renda familiar superior a 5 (cinco) salários mínimos, para subsidiar a estadia dos alunos de baixa renda, que viessem de Municípios distantes. Assim, a universitária Gabriela, procurou ajuda jurídica para esclarecimento quanto a constitucionalidade da cobrança, assinale a resposta correta:

- a) No caso em tela, estamos tratando de política pública de redução da desigualdade, assim a cobrança se torna constitucional e correta.
- b) Está previsto na Constituição Federal, o princípio da autonomia das universidades federais, em razão disso a cobrança é totalmente constitucional.
- c) A taxa até poderia ser cobrada, se a mesma fosse instituída por lei, porém por ter sido instituída por decreto, a mesma se torna inconstitucional e arbitrária.

- d) O imperativo de gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, sendo ele Municipal, Estadual ou Federal, torna a cobrança inconstitucional.

15-O Município de Limoeiro estabelece em seu plano diretor, o zoneamento de determinada área como área residencial. No entanto, o Senhor Fernando mantém no referido local, terreno vazio, com nítido caráter de especulação. Em qual das alternativas encontramos medida que o Município de Limoeiro poderá tomar contra o Senhor Fernando, para que o mesmo utilize o terreno adequadamente, obedecendo assim a lei de zoneamento:

- a) Sem o pagamento de indenização, o Município poderá desapropriar o terreno.
- b) Com o pagamento de indenização justa, prévia e em dinheiro, o Município poderá desapropriar o terreno.
- c) Para o cumprimento da lei de zoneamento estabelecida pelo Plano Diretor, poderá o Município determinar edificação compulsória no terreno.
- d) O Município deverá instituir punição, pelo descumprimento da lei de zoneamento, no valor de até 80% do valor do IPTU do imóvel.

16-Sobre o sistema eleitoral brasileiro, marque a alternativa que esteja correta em relação ao cargo político:

- a) Sistema proporcional de dois turnos, para eleição de governador.
- b) Sistema majoritário de maioria simples para Municípios de menos de 200 mil eleitores, para eleição de Prefeito.
- c) Sistema proporcional de um turno, para eleição de Congressistas.
- d) Sistema majoritário de maioria absoluta para Municípios de menos de 250 mil eleitores, para eleição de Prefeito.

17-Alguns parlamentares consultam assessoria jurídica especializada em direito constitucional, para esclarecer dúvidas, quanto a obrigatoriedade do voto, sendo que um terço dos membros da Câmara dos Deputados articula proposição de emenda à Constituição Federal, para tornar o voto facultativo aos cidadãos, nas próximas eleições a serem realizadas em todo território nacional. No caso em tela, qual o parecer jurídico correto sobre o sistema jurídico-constitucional brasileiro, à cerca da matéria:

- a) O voto obrigatório foi estabelecido como cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988, não sendo possível sua supressão por meio de Emenda Constitucional.
- b) O voto obrigatório tem estatuto constitucional, porém não há impedimento jurídico para que seja objeto de modificação através de Emenda Constitucional.
- c) Se faz necessária a manifestação de um terço dos parlamentares, de ambas as Casas Legislativas, para que a proposta de Emenda Constitucional seja analisada pelo Congresso Nacional.
- d) Somente será promulgada emenda constitucional, após aprovada pelo Congresso Nacional, após a devida sanção presidencial.



18-O Município de Brejeira encontra-se diante de grande problema na área da saúde, devido a carência de postos públicos de saúde para atender às necessidades e demandas da população da cidade, diante deste fato, o Prefeito Municipal assinou convênio com hospital privado para que o mesmo passe a integrar a rede credenciada do Sistema Único de Saúde (SUS). Acerca dos convênios celebrados, diante do disposto pela Constituição Federal de 1988, podemos afirmar que:

- a) As instituições privadas podem sim participar de forma complementar do SUS, tendo preferências às entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, para tanto, os convênios são válidos.
- b) A Constituição Federal autoriza apenas a participação de entidades públicas, no âmbito da assistência a saúde, e não de instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, portanto o convenio firmado é nulo.
- c) A Constituição Federal autoriza a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenção às instituições privadas com fins lucrativos, sendo assim, o convênio é válido.
- d) Compete privativamente à União, mediante convênio ou contrato de direito público, autorizar a participação de instituições privadas no Sistema Único de Saúde (SUS), conforme previsão constitucional expressa, portanto o convênio ora assinado é nulo.

19-O Senador Humberto enfrenta representação para perda de seu mandato eletivo, por não estar presente á terça parte das sessões ordinárias do Senado, pois neste período esteve ausente para tratar de assunto de interesse particular, voltando após cento e cinquenta dias. No caso em tela, marque a afirmação correta:

- a) Assegurada a ampla defesa do Senador, por provocação da mesa diretora ou de partido político com representação no Congresso Nacional, a perda do mandato será decidida por votação de maioria absoluta em plenário do Senado Federal.
- b) Conforme estabelece a Constituição Federal, o Senador só perderá o mandato quando seu afastamento ultrapassar cento e oitenta dias dentro da mesma sessão legislativa.
- c) Assegurada a ampla defesa, a Mesa do Senado Federal de ofício, ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido com representação no Congresso, poderá declarar a perda do mandato do Senador Humberto.
- d) Havendo a renúncia do Senador, após submetido ao processo que possa levar á perda do mandato, haverá o arquivamento do processo devido a perda do seu objeto.

20-Quando tratamos de assunto Processo Legislativo, podemos afirmar que:

- a) Ainda que se trate de correção redacional, a existência de emenda a um projeto de lei ordinária se faz necessário seu retorno à casa da qual saiu a iniciativa, conforme determina o Artigo 62 §3º da Constituição Federal.
- b) Nos projetos de lei de iniciativa exclusiva do presidente, o vício de iniciativa poderá ser sanado na sanção presidencial.
- c) Em se tratando de medida provisória rejeitada pelo Congresso Nacional, o mesmo deverá por meio de decreto legislativo disciplinar as situações jurídicas constituídas durante a vigência da medida, conforme determina o Artigo 62 §3º da Constituição Federal.
- d) A abertura de créditos extraordinários por meio de medida provisória é expressamente vedada pelo § 3º do Artigo 167 da Constituição Federal de 1988

21-No uso de suas atribuições legais, o Deputado Federal José Miguel propõe projeto de lei de grande interesse para o Executivo Federal. O Presidente, usando de suas prerrogativas, solicita urgência (regime de urgência constitucional), por ser o momento político muito favorável para sua aprovação. No caso em tela, de acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o pedido de urgência:

- a) É prerrogativa do Presidente, solicitar o regime de urgência constitucional, sendo que a Constituição lhe confere tal pedido em todos os projetos de lei que tramitem no Congresso Nacional, portanto o pedido é viável.
- b) O regime de urgência constitucional somente poderá ser solicitado pelo Presidente da Mesa de uma das Casas do Congresso Nacional, portanto o pedido não poderá ser atendido.
- c) O regime de urgência constitucional somente poderá ser requerido pelo Presidente da República em projetos de lei de sua iniciativa, conforme determina a Constituição Federal, portanto o pedido é inviável.
- d) O Presidente da República poderá veicular a matéria por meio de medida provisória, não sendo necessário o pedido de urgência constitucional, portanto o pedido se torna inviável.

22-Em ação popular contra o Município de Flores, promovida pela cidadã Fernanda Nascimento, que entendeu que certos os gastos realizados pelo Executivo estavam causando grandes prejuízos ao patrimônio público. Porém, o pedido foi julgado improcedente, devido à total ausência de provas. Mesmo assim, Fernanda Nascimento muito inconformada com a decisão, move a mesma ação fundamentada em novos elementos, e mais uma vez, foi infrutífera a demanda. Nos termos da Constituição Federal e da Legislação vigente, qual a afirmativa correta:

- a) Haverá condenação em honorários advocatícios, se o pedido for julgado improcedente.
- b) Fica caracterizada a má-fé do autor popular devido a improcedência por ausência de provas.

- c) O pagamento de custas pelo autor popular devido a reiteração na propositura da mesma ação.
- d) A má-fé do autor popular, se declarada expressamente, acarretando ao pagamento das custas.

23-Com base em provas inequívocas, é identificado ato lesivo do Presidente da República, atentando contra a moralidade administrativa, Fabrício Siqueira, brasileiro com dezesseis anos de idade, com título de eleitor válido e em pleno gozo de seus direitos políticos, pretende ingressar com a ação popular. Baseado nos fatos em tela assinale a alternativa que corresponde ao instituto jurídico da ação popular:

- a) Para propor Ação Popular em face do Presidente da República, que deverá tramitar perante o Supremo Tribunal Federal, Fabrício Siqueira é parte legítima desde que tenha assistência.
- b) Para propor Ação Popular em face do Presidente da República, que deverá tramitar perante o juiz natural de primeira instância, Fabrício Siqueira é parte legítima ainda que sem assistência.
- c) Para propor Ação Popular em face do Presidente da República que deverá tramitar perante o Supremo Tribunal Federal, Fabrício Siqueira é parte legítima ainda que sem assistência.
- d) Para propor Ação Popular em face do Presidente da República que tramite em qualquer das esferas do Judiciário, Fabrício Siqueira não é parte legítima por ainda não ser considerado cidadão com plena capacidade jurídica de seus atos.

24-A aptidão para instituir tributar trata-se da competência tributária, que não se confunde com o a capacidade tributária, sendo o exercício da competência, que é a aptidão para cobrar tributos. Assim, podemos afirmar que:

- a) A instituição de impostos, taxas, contribuições de melhoria e as contribuições para custeio do serviço de iluminação pública, compete a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- b) Compete ao Distrito Federal apenas instituir espécies tributárias próprias dos Estados membros da federação, em virtude do princípio federativo que delimita entre os entes políticos o poder de tributar.
- c) Os impostos além dos previstos na Constituição poderão ser criados através de lei ordinária pela União, obedecendo dois requisitos: que não sejam cumulativos e não tenham fato gerador próprio de outros impostos já existentes.
- d) Os impostos estaduais são de competência da União, e se o território não esteja dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais também são de competência da União, em todo o Território Federal.

25-Uma autarquia recebeu a tarefa de fiscalizar e arrecadar certo tributo federal instituído pela União, que lhe delegou essa função. No caso em tela, qual a alternativa correta:

- a) Trata-se de capacidade tributária ativa (realizar atos de fiscalização arrecadação) podendo ser delegada pela União.
- b) O caso trata de delegação de competência tributária da União.
- c) Não é possível que a União revogue, a qualquer tempo e por ato unilateral, a atribuição que conferiu a tal autarquia.
- d) Em eventual discussão judicial proposta por um contribuinte do tributo federal, a autarquia não terá prazo em dobro para recorrer no processo.

26-O Município de Jardins do Sul ao realizar a opção prevista na Constituição Federal, de fiscalizar e cobrar Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), incidente sobre a propriedade rural localizada fora da sua área urbana. Diante disto, o Município de Jardins do Sul recebeu 50% (cinquenta por cento) do produto do imposto da União sobre a propriedade rural, relativo aos imóveis nele situados. Diante do presente fato, sobre a fiscalização e a cobrança do ITR pelo Município de Jardins do Sul, marque a alternativa correta:

- a) Por se tratar de imposto de competência da União, não são possíveis a cobrança e a fiscalização do referido tributo.
- b) Sendo igualmente correta a atribuição de 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto ao Município, os atos são possíveis.
- c) No caso em tela, a totalidade do produto da arrecadação do imposto pertence ao Município sendo possível o ato de fiscalização e cobrança.
- d) Nesse caso, 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto pertence ao Município sendo possível o ato de fiscalização e arrecadação.

27-Uma nova lei, publicada em 20/02/2010, majorou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), bem como majorou a alíquota do Imposto sobre Exportação (IE), visando fomentar a indústria brasileira. A partir de que data a nova alíquota poderá ser exigida para o IPI e para o IE?

- a) Imediatamente para os dois impostos (IPI e IE).
- b) No exercício financeiro seguinte para os dois impostos (IPI e IE).
- c) Para o IPI são 90 dias após a publicação da lei e para o IE a exigência seria imediata.
- d) Para a exigência do IPI são 90 dias após o exercício financeiro seguinte e para o IE a exigência seria no exercício financeiro seguinte.

28-No dia 1º de janeiro de 2015, o Presidente da República, por meio de Decreto nº 62, aprovou alíquotas para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), dentro das regras da lei tributária, conforme segue:

Cigarro – alíquota de 98%

Vestuário – alíquota de 15%

Feijão – alíquota zero

Sobre o caso hipotético, é correto afirmar que:

- a) Uma vez que viola o princípio da legalidade, o referido decreto é inconstitucional.
- b) Uma vez que viola o princípio do não confisco, o referido decreto é inconstitucional.
- c) Em razão da progressividade do IPI As alíquotas são diferenciadas.
- d) Em razão do princípio da seletividade do IPI as alíquotas são diferenciadas.

29-O Estado de São Cristovão publicou, em junho de 2014, a Lei nº 1233/2014, que majorou o valor das multas e das alíquotas de ICMS. Em fevereiro de 2015, em procedimento de fiscalização, aquele Estado constatou que determinado contribuinte, em operações realizadas em setembro de 2013, não recolheu o ICMS devido. Por conta disso, foi efetuado o lançamento tributário contra o contribuinte, exigindo-lhe o ICMS não pago e a multa decorrente do inadimplemento. O lançamento em questão só estará correto se:

- a) As multas e alíquotas forem às previstas na Lei nº 1233/2014.
- b) As alíquotas forem às previstas na Lei nº 1233/2014 e as multas forem àquelas previstas na lei vigente ao tempo do fato gerador.
- c) As multas e as alíquotas forem às previstas na lei vigente ao tempo do fato gerador.
- d) As multas forem às previstas na Lei nº 1233/2014 e as alíquotas forem àquelas previstas na lei vigente ao tempo do fato gerador.

30-O veículo legislativo correto para dispor sobre conflitos de competência entre os entes político em matéria tributária, conforme a Constituição Federal está na alternativa:

- a) Medida provisória.
- b) Lei complementar.
- c) Emenda constitucional.
- d) Lei ordinária.

31- Como deve ser recolhida a contribuição cobrada de servidor público estadual destinada ao custeio de seu plano de aposentadoria público:

- a) No caso do Estado possuir regime previdenciário próprio, se o servidor for mero detentor de cargo estadual temporário, deverá ser recolhida ao Estado.
- b) Independentemente de qualquer situação e do ente com o qual o servidor mantenha o vínculo empregatício a contribuição deverá ser recolhida à União.
- c) Sendo o servidor for mero detentor de cargo efetivo estadual e se o Estado não tiver regime previdenciário próprio, deverá ser recolhido ao Estado.
- d) Independentemente do Estado, ter ou não, regime previdenciário próprio, se o servidor for mero detentor de cargo em comissão estadual (declarado em lei de livre nomeação e exoneração), deverá ser recolhido à União.

32-A Constituição Federal de 1988, bem como a Lei Complementar nº 87/1996, com suas alterações posteriores, delinearam os princípios do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Sobre o referido assunto, a alternativa que trata corretamente sobre o assunto é:

- a) Quando os bens, são importados do exterior, pela pessoa física, e destinados ao seu consumo próprios, é vedada a incidência do imposto, porém sua cobrança é autorizada quando esta pessoa importa do exterior para o comércio.
- b) O referido imposto tem função precipuamente fiscal, porém não incide sobre o outro quando definido em lei como ativo financeiro, e incide sobre o valor agregado, obedecendo o princípio da não cumulatividade, podendo ser seletivo em função da essencialidade,
- c) O petróleo, e seus derivados lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos, energia elétrica, e as prestações de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, tem incidência do imposto quando as operações se destinem a outros Estados.
- d) O Senado Federal, através de resolução, por iniciativa do seu Presidente ou de um terço dos Senadores da casa, aprovada pela maioria absoluta dos membros da mesa, estabelece as alíquotas do imposto aplicáveis às operações interestaduais e de exportações.

33-O Município de Perdizes abriu licitação para compra de material escolar, tomando conhecimento, certa empresa apresentou documentos para participar do certame, porém não poderá apresentar certidão negativa de débitos fiscais com o Governo Federal, pelo fato de que foi autuada pelo não recolhimento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), sendo que a defesa administrativa, apresentada dentro do prazo, ainda não foi apreciada pelo órgão competente. Com base nos fatos narrados, qual a afirmativa correta:

- a) Devido a existência de crédito tributário vencido e não pago, e diante da não entrega da certidão, não poderá a empresa participar da licitação.
- b) O crédito tributário está com a exigibilidade suspensa, devido ao fato da entrega da defesa foi dentro do prazo, podendo a empresa participar da licitação.
- c) A participação da empresa na licitação só poderá ocorrer quando houver um parecer final positivo sobre a defesa administrativa junto a Receita Federal.
- d) A participação da empresa na licitação fica condicionada ao depósito do valor do crédito tributário.

34-Fernandes Contabilidade, pessoa jurídica prestadora de serviços contábeis, é devedora de Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), além de multa moratória e punitiva, dos anos-calendário de 2012 e 2013. Em meados de 2014, a mesma foi incorporada pela Gomes Serviços Contábeis, pessoa jurídica também prestadora de serviços contábeis. Acerca da Gomes Serviços Contábeis, qual a alternativa correta sobre o fato relatado:

- a) Assume a responsabilidade apenas pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica devido, ficando isenta da responsabilidade pelo pagamento das multas moratória e punitiva.
- b) Havendo a incorporação da pessoa jurídica Fernandes Contabilidade, a incorporadora Gomes Serviços Contábeis, se torna a responsável legal pela integralidade das débitos, tanto do pagamento do IRPJ devido quanto pelo pagamento das multas moratória e punitiva.
- c) Uma vez que não praticou o fato gerador do tributo, a pessoa jurídica tem a responsabilidade integral pelo pagamento do IRPJ e das multas moratória e punitiva.
- d) Havendo a incorporação da pessoa jurídica Fernandes Contabilidade, a incorporadora Gomes Serviços Contábeis, se torna a responsável apenas pelo IRPJ e pela multa moratória, não sendo responsável pelo pagamento da multa punitiva.

35-Algumas pessoas vinham ocupando e construindo suas residências há muitos anos, área de proteção ambiental, em encosta de morro, sem qualquer autorização pública. Passados alguns anos, Fernando da Silva, que sofre com problemas respiratórios desde criança, devido ao agravamento pela poluição existente no centro urbano da mesma cidade. Protocola na Prefeitura do Município, pedido de licença para construir sua casa na mesma área protegida, pois a mesma é cercada de verde, com a esperança de melhor qualidade de vida, e a melhora nos sintomas da doença respiratória, porém a licença foi negada. Diante do caso apresentado, marque a alternativa correta:

- a) Devido a administração tolerar há anos a ocupação existente na mesma área por outras pessoas, e não podendo ter comportamento contraditórios, deverá conceder a licença à Fernando da Silva, em razão da segurança jurídica e da confiança legítima.
- b) No caso em tela foi apresentado uma ponderação de valores, devendo a Administração priorizar a proteção a condições dignas de vida em detrimento da proteção ambiental, ainda que não caiba falar em proibição de comportamento contraditório.
- c) Considerando que a mera tolerância de condutas ilegais por parte da Prefeitura diante das outras pessoas, não assegura que outro particular, invocando a isonomia, cometa as mesmas ilegalidades. Sendo correto o indeferimento do pedido.
- d) A inação do Município gerou legítima expectativa de habitação legal no local, assim os particulares que já tenham construído suas residências na encosta protegida por Lei Ambiental têm o direito subjetivo à obtenção da licença para a legalização das residências.

36-O Congresso Nacional aprova, após a devida tramitação de projeto de lei, a criação de uma sociedade de economia federal, que recebeu o nome de Companhia Futura, projeto este encaminhado pela Presidência da República, pela necessidade da realização de várias obras de infraestrutura no país. Tomando como base os fatos narrados, aponte a resposta correta:

- a) Companhia Futura terá plenos poderes para editar os decretos de utilidade pública das áreas que necessitam ser desapropriadas devido ao objetivo que justificou a criação da referida sociedade de economia federal.
- b) Observados os princípios da administração pública, a Companhia Futura está sujeita à licitação, e à contratação de obras, serviços e alienações, como sociedade de economia federal.
- c) A maioria do capital social deverá sempre pertencer à União, já que a Companhia Futura será necessariamente uma sociedade de propósito específico.
- d) As demandas judiciais correrão perante a Justiça Federal, pois a Companhia Futura possui foro privilegiado por se tratar de sociedade de economia federal.



37-Humberto Rodrigues fora nomeado chefe do departamento de recursos humanos da Secretaria de Estado da Cultura. Alguns meses depois, teve que analisar determinada matéria, constante de processo administrativo inicialmente distribuído a Rogério Ribeiro, seu subordinado, pois percebeu que a questão é muito complexa, e que o referido funcionário não vinha dando a devida prioridade ao processo. O ato de Humberto Rodrigues está correto, seguindo o mesmo de qual poder a ele atribuído:

- a) Poder disciplinar.
- b) Poder hierárquico.
- c) Teoria dos motivos determinantes.
- d) Poder discricionário.

38-Certo restaurante vem continuamente colocando mesas para os seus clientes no passeio público, o que não é permitido no Município, tal fato foi verificado pelo fiscal de posturas que após lavrar autos de infração com aplicação de multa por duas vezes, e tendo verificado que o mesmo não interpôs recurso administrativo quanto aos autos de infração, o funcionário público municipal, faz a interdição do restaurante apreendendo as mesas e cadeiras que estavam atrapalhando o passeio público, com base na lei que regula o exercício do poder de polícia correspondente. Com base na narrativa, assinale a afirmativa correta:

- a) O direito do restaurante continuar funcionando é emanado do direito de liberdade constitucional, que só pode ser negado à partir de um provimento jurisdicional, sendo a ação do fiscal desvio de poder.
- b) Como o restaurante não teve a possibilidade de ter direito ao contraditório e ampla defesa, antes da apreensão, e assim não tendo como produzir provas em seu favor, faz com que a prática do ato autoexecutório pelo fiscal seja irregular.
- c) Dentro dos limites da razoabilidade e da proporcionalidade, sem situações extremas, o ato praticado pelo fiscal de posturas está correto, dentro da visão tradicional do exercício do poder de polícia do Estado, que poderá atuar de forma autoexecutória.
- d) A atuação do fiscal é ilícita, porque os atos administrativos autoexecutórios, como mencionado acima, exigem, necessariamente, autorização judicial prévia.

39-A associação de moradores do bairro da Figueira no Município de Santo Epitáfio, com a intenção de realizar uma festa de natal para todos os moradores da rua e adjacências, entra com requerimento na Prefeitura solicitando autorização da administração para fechar a rua para o evento. Tendo negado o pedido, a administração argumenta que a rua será utilizada para outro evento, uma exposição de orquídeas, dos produtores do Município. Ocorre que, no dia anterior foi noticiado pela imprensa local que o referido evento de exposição de orquídeas havia sido cancelado. Como a negativa da administração foi baseada no evento que já havia sido cancelado, a presente decisão não foi correta. Baseado no relato acima assinale a alternativa correta:

- a) O ato da administração é válido, pois a autorização requerida pela associação de moradores é ato discricionário da administração, mesmo diante do erro na fundamentação.
- b) O ato é inválido, pois a autorização requerida é ato vinculado, não podendo a administração indeferi-lo, independente do erro na fundamentação.
- c) O ato é inválido, pois diante do erro na fundamentação, e a validade do ato está ligada aos motivos indicados como fundamentos pela administração, pela teoria dos motivos determinantes.
- d) O ato é válido, já que a autorização requerida pela associação é ato vinculado, a despeito do erro na fundamentação, e ainda o requerimento não preenchia todos os requisitos para a solicitação.

40-Na cidade de Juruá, o serviço de transporte público de passageiros, vinha sendo prestado de forma inadequada, levando os usuários a terem grandes transtornos. A administração municipal, concedente do serviço, imediatamente instaura processo administrativo para apurar os fatos, para verificar se a concessionária não estava cumprindo com o contrato, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa. Plenamente constatada o inadimplemento da concessionária quanto à prestação do serviço, assim pretende a administração extinguir a concessão por inexecução contratual. Diante do caso apresentado, podemos verificar uma modalidade de extinção da concessão, de qual delas estamos falando?

- a) Caducidade.
- b) Encampação.
- c) Anulação.
- d) Rescisão.

41-O transporte intermunicipal de passageiros, por ônibus regular, no Estado de Divinolândia é feito pela empresa Melhor Transporte, vencedora de processo licitatório regular, a qual assinou contrato de concessão do serviço pelo prazo de 12 anos. Todavia, passados 6 anos da celebração do contrato e prestação regular do serviço, houve a publicação de novo edital de licitação pelo Estado com o seguinte objeto, transporte de passageiros por ônibus executivo, porém para o mesmo trecho já licitado. Com base no relato apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) A lei de licitações determina caráter de exclusividade à outorga de concessão de serviços públicos, podendo a empresa Melhor Transporte impedir que haja nova licitação para o mesmo trecho.
- b) Nos casos de inviabilidade técnica ou econômica, devidamente justificada, a outorga de concessão ou permissão pelo Estado, não terá caráter de exclusividade.
- c) A empresa Melhor Transporte terá direito a indenização por perdas e danos pela violação ao comendo legal, já que a lei atribui caráter de exclusividade à concessão de serviços públicos.
- d) A lei afasta qualquer pretensão por parte da empresa Melhor Transporte, já que existe a vedação a atribuição do caráter de exclusividade à outorga de

concessão, cabendo apenas mediante notificação extrajudicial o direito à rescisão unilateral do contrato.

42-Para a construção de um prédio, onde ficaria a sede de uma agência reguladora foi contratada a empresa Construtora Viver Ltda, pelo regime de empreitada por preço unitário. Após a assinatura do contrato, foi verificado que os quantitativos da planilha orçamentária da licitação e apresentados pela contratada serão insuficientes para a plena execução do projeto. Ficando evidente o aumento de 20% do valor orçado inicialmente. Tendo conhecimento dos fatos apresentados, qual seria a alternativa correta:

- a) Conforme artigo 60 da lei de licitações, o valor poderá ser reajustado, comprovada a plena satisfação do contrato, verbalmente pelas partes, sem necessidade de aditivo contratual.
- b) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à administração a prerrogativa de modificá-los, respeitado os direitos da empresa contratada, e mesmo que a empresa não concorde com o acréscimo, a alteração poderá ser determinada unilateralmente, por se tratar de cláusula exorbitante.
- c) A empresa Construtora Viver Ltda está obrigada a concordar com acréscimos de até 15% do contrato, acima desse valor, só poderá haver mudança com o consentimento da mesma. Não cabendo alteração unilateral por parte da administração.
- d) Deverá a administração obrigatoriamente proceder a anulação do contrato, diante da deficiência do projeto inicial, após concedido o direito a Construtora Viver Ltda, do contraditório e ampla defesa.

43-Roberto Máximo ex-governador do Estado de Divinópolis, está respondendo processo de improbidade administrativa, em ação ajuizada pelo Ministério Público com fundamento no Artigo 9º da Lei nº 8.429/92, ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito, mesmo passados 3 anos do término de seu mandato e 6 anos desde a prática do ato da referida acusação de improbidade administrativa. Com base nos fatos narrados, assinale a alternativa correta:

- a) Roberto Máximo poderá sofrer à suspensão dos direitos políticos pelo período de oito a dez anos, deverá fazer o ressarcimento ao erário do valor integral do dano causado, e também deverá sofrer a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, dentre outras sanções baseadas em lei.
- b) Roberto Máximo não poderá ser réu de tal ação pois já não ocupa mandato eletivo e nem cargo, emprego ou função na Administração, decorrido o prazo para o Ministério Público apresentar tal denúncia de improbidade administrativa.
- c) Decorrido o prazo de mais de 3 anos do término do exercício do mandato, não caberá mais ação de improbidade administrativa, sendo a ação indeferida por decadência do prazo.

d) Roberto Máximo poderá sofrer as cominações legais, mesmo após o término do seu mandato, sendo imprescindível a ação de improbidade destinada à aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/92, não havendo prazo para que o Ministério Público faça o ajuizamento da ação de improbidade.

44-Concurso Público realizado na cidade de Verdes Mares, foi prestado conjuntamente por Ana e Fernanda, que combinaram anteriormente à prova que assim que Ana terminasse a prova, sairia e deixaria o gabarito no lixo do banheiro, onde Fernanda teria acesso as respostas em local já combinado. As duas obtiveram êxito na ação, sendo as duas mulheres empossadas no cargo pretendido no concurso. Algum tempo depois a fraude foi descoberta, e as duas foram afastadas do cargo, bem como responderam por rígida investigação policial e administrativa, onde não foi identificada, que na época do certame houvesse participação de agentes públicos na fraude. Com base no relato acima, os procedimentos de Ana e Fernanda, com fundamento nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmação correta:

- a) Houve por parte delas o enriquecimento ilícito graças aos salários recebidos devendo responder por ato de improbidade administrativa.
- b) Houve por parte delas prejuízo ao erário, devido aos salários recebidos indevidamente devendo responder por ato de improbidade administrativa.
- c) Ana e Fernanda atentaram contra os princípios da Administração Pública e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa, sendo que frustraram a licitude do concurso público.
- d) Ana e Fernanda, no momento em que praticaram a fraude no concurso público, não eram agentes públicos, e nem houve a comprovação da participação de qualquer agente público na ação, portanto não houve a prática do ato de improbidade administrativa.

45-A Lei Orgânica do Município de Cachoeira Paulista, em seu artigo 6º § 3º, dispõe sobre a Sessão de Instalação da legislatura. Assinale a alternativa correta sobre o assunto:

- a) No primeiro ano da Legislatura, no dia 1º de janeiro, a Câmara Municipal reunir-se-á, da mesma forma, sem Sessão Ordinária de Instalação, independentemente do número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.
- b) No primeiro ano da Legislatura, no dia 1º de janeiro, a Câmara Municipal reunir-se-á, da mesma forma, em Sessão Solene de Instalação, havendo quorum suficiente, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.
- c) No primeiro ano da Legislatura, no dia 1º de janeiro, a Câmara Municipal reunir-se-á, da mesma forma, em Sessão Solene de Instalação, independentemente do número, sob a presidência do Vereador mais velho dentre os presentes, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.
- d) No primeiro ano da Legislatura, no dia 1º de janeiro, a Câmara Municipal reunir-se-á, da mesma forma, em Sessão Solene de Instalação,

independentemente do número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.

46-Com base na Lei Orgânica do Município de Cachoeira Paulista, o processo administrativo municipal compreende a elaboração de emendas à Lei Orgânica, Leis Complementares à Lei Orgânica, Leis Ordinária, Decretos Legislativos e Resoluções, assinale a alternativa que correspondente corretamente ao assunto:

- a) As emendas à Lei Orgânica serão votadas em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovadas por maioria absoluta da Câmara Municipal.
- b) As Leis Complementares à Lei Orgânica serão aprovadas por maioria de dois terços dos Vereadores.
- c) As Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções, serão aprovados por quórum de maioria simples, detalhado por Resolução competente em Regimento Interno.
- d) As Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções, serão aprovados por quórum a ser estabelecido e detalhado por Resolução competente em Regimento Interno.

47-Tomando como base o ato das disposições constitucionais transitórias da Lei Orgânica de Cachoeira Paulista, assinale a alternativa verdadeira:

- a) O pagamento do adicional da sexta-parte, na forma prevista no artigo 61, será devido a partir do 1º dia do mês da publicação desta Lei Orgânica, vedada sua acumulação com vantagens já percebidas a esses títulos.
- b) O pagamento do adicional da sexta-parte, na forma prevista no artigo 61, será devido a partir do 5º dia útil do mês seguinte da publicação desta Lei Orgânica, vedada sua acumulação com vantagens já percebidas a esses títulos.
- c) O pagamento do adicional da sexta-parte, na forma prevista no artigo 61, será devido a partir do 1º dia do mês seguinte da publicação desta Lei Orgânica, vedada sua acumulação com vantagens já percebidas a esses títulos.
- d) O pagamento do adicional da sexta-parte, na forma prevista em lei complementar, será devido a partir do 1º dia do mês seguinte da publicação desta Lei Orgânica, vedada sua acumulação com vantagens já percebidas a esses títulos.

48-Com base na Lei Complementar nº 01/2011 e suas alterações, sobre o registro de operações referentes às atividades de prestação de serviços constantes da Lista de Serviços contido no Anexo III, Tabela do Imposto de Serviço Sobre Qualquer Natureza (ISSQN), é correto afirmar que:

- a) Os prestadores de serviços que emitirem notas fiscais eletrônicas com tributação pelo faturamento bruto ou por quantia fixa anual, ainda que beneficiados por isenção fiscal, ficam obrigados a adotar a escrituração eletrônica contida no Sistema de Gestão de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).
- b) Os prestadores de serviços que emitirem notas fiscais eletrônicas com tributação pelo faturamento bruto, ainda que beneficiados por isenção fiscal, ficam obrigados a adotar a escrituração eletrônica contida no Sistema de Gestão de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), salvo os prestadores de serviços com tributação por quantia fixa anual.
- c) Os prestadores de serviços que emitirem notas fiscais eletrônicas com tributação pelo faturamento bruto, ou pelo faturamento líquido anual, ficam obrigados a adotar a escrituração eletrônica contida no Sistema de Gestão de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).
- d) Os prestadores de serviços que emitirem notas fiscais eletrônicas com tributação pelo faturamento bruto ou por quantia fixa anual, ficam obrigados a adotar a escrituração eletrônica contida no Sistema de Gestão de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), salvo os beneficiados por isenção fiscal.

49- O Código de Posturas do Município de Cachoeira Paulista (Lei Municipal nº 2.175/16), em seu artigo 8º, determina que:

- a) Em função do tipo de infração, a multa será aplicada em grau médio e máximo, tendo em vista, a maior ou menor gravidade da infração, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, os antecedentes do infrator, concernentes às relações deste Código.
- b) Em função da gravidade da infração, a multa será aplicada em grau mínimo, médio e máximo, tendo em vista, a maior ou menor gravidade da infração, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, os antecedentes do infrator, concernentes às relações deste Código.
- c) Em função da gravidade da infração, a multa será aplicada em grau médio e máximo, tendo em vista, a maior ou menor gravidade da infração, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, os antecedentes do infrator, concernentes às relações estabelecidas pela Lei Orgânica do Município.
- d) Em função da gravidade e tipo de infração, a multa será aplicada em grau mínimo, médio e máximo, tendo em vista, a gravidade da infração, as circunstâncias, os antecedentes do infrator.

50-A Lei Complementar nº 01/2018 de Cachoeira Paulista, que dispõe sobre a reorganização administrativa da Prefeitura Municipal, em seu artigo 8º define que:

- a) As atividades administrativas e a execução de planos e programas de governo serão resultantes de permanente coordenação entre as secretarias, os departamentos e demais órgãos e agentes envolvidos de cada nível hierárquico.
- b) A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, objetivando assegurar maior rapidez e eficácia às decisões.
- c) A descentralização será realizada no sentido de liberar os dirigentes das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para concentrarem-se nas atividades de planejamento, supervisão e controle.
- d) A Administração Municipal, além dos controles formais de obediência a preceitos legais, regulamentares e morais, disporá de instrumentos de acompanhamento e avaliação dos resultados da atuação de seus departamentos, órgãos e agentes.